

PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETÊ

PROCESSO SELETIVO – EDITAL 02.2025 – EDUCAÇÃO

SUPERIOR COMPLETO – MANHÃ

CARGOS:

326 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I,

328 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS,

329 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA,

331 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – HABILITAÇÃO EM HISTÓRIA E

332 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – HABILITAÇÃO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta ao recurso interposto em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, informa-se abaixo o parecer da Banca Examinadora.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Questão 2

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. O candidato está correto ao afirmar que a formulação “Se não vou beijá-los quando você se for” está correta, mas não é isso que a alternativa “C” apresenta e sim “Se não vou beijar-los quando você se for”. Faz parte do conteúdo de colocação pronominal reconhecer que, para que a ênclise seja formada, deve-se remover o “r” final e colocar um acento na vogal “a”, sendo assim, a alternativa “C” não pode ser considerada correta.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Questão 13

O recurso é improcedente, pois na obra *Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”*, Rosita Edler Carvalho identifica fatores de exclusão relacionados ao modelo social e econômico vigente, às políticas públicas inadequadas, às práticas pedagógicas ineficazes e à organização dos sistemas educacionais. Além disso, a autora aborda as resistências à inclusão e ressalta a importância da formação continuada e do trabalho em equipe docente, aspectos que correspondem às condições sociais, condições econômicas, treinamento de professores e condições de aprendizagem criativa, apresentadas na alternativa “B”.

Condições sociais: correspondem diretamente ao modelo social vigente citado nos fatores de exclusão que a autora identifica; a própria obra aponta que aspectos sociais estruturais contribuem para exclusão, o que indica que as condições sociais são fator central para a inclusão quando modificadas.

Condições econômicas: relacionam-se ao modelo econômico vigente (também listado entre os fatores de exclusão). A autora destaca a necessidade de reavaliar estruturas econômicas e políticas que mantêm a escola elitista e excludente; portanto, condições econômicas são, segundo o trecho, um fator determinante.

Treinamento de professores: vincula-se explicitamente às passagens sobre resistências e o papel do professor, em que a autora enfatiza a formação continuada e o trabalho em equipe, bem como o papel do AEE como mediador/consultor de apoio. Logo, o treinamento de docentes aparece como elemento apontado pela autora para tornar possível a inclusão.

Condições de aprendizagem criativa: conectam-se à ideia de que a inclusão exige reestruturação de culturas, políticas e práticas escolares e a criação de mecanismos que permitam a integração social, educacional e emocional do aluno. A proposta de transformar práticas pedagógicas e organização escolar para viabilizar a participação e o acesso ao conhecimento refere-se diretamente às condições (incluindo práticas pedagógicas e organização) que tornam possível uma aprendizagem mais criativa e inclusiva.

Portanto, a alternativa “B” — “condições sociais, condições econômicas, treinamento de professores e condições de aprendizagem criativa” — reflete com fidelidade o conteúdo da obra.

Já os elementos da alternativa “A” — “atitudes, conhecimentos, estratégias e recursos” —, embora relevantes ao campo da prática pedagógica inclusiva, não correspondem aos quatro fatores propostos por Carvalho na obra citada. Trata-se de uma leitura adaptada e amplamente utilizada em formações docentes e textos de outros autores, mas que não está organizada dessa maneira no livro indicado no enunciado da questão.

A questão, portanto, não mistura níveis de análise, mas exige do candidato a identificação dos fatores estruturais apontados pela autora como essenciais à efetivação da inclusão — exatamente aqueles descritos na alternativa “B”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

326 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I

Questão 24

O recurso é improcedente, pois o candidato deveria analisar as proposições e verificar, entre aquelas, quais eram corretas (verdadeiras) e somente a alternativa que apresentava as proposições **I e II, apenas**, deveria ser assinalada.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 28

O recurso é improcedente, pois de acordo com Solé (1998), o processo de ensino e aprendizagem da língua deve priorizar a construção de sentido e a função social da linguagem, superando práticas que se limitem à decodificação ou ao domínio mecânico de regras gramaticais.

A primeira proposição é verdadeira porque a autora destaca que ler é compreender, e que a leitura deve promover interpretação, reflexão e entendimento do contexto, levando em consideração os propósitos comunicativos e as experiências do leitor.

A segunda proposição é falsa, uma vez que, embora o domínio da gramática seja importante, Solé (1998) afirma que a aprendizagem da escrita não se reduz ao uso prático ou espontâneo, mas requer planejamento, revisão e consciência linguística, aspectos que vão além do uso significativo isolado.

A terceira proposição é verdadeira, pois o contato com textos de diferentes gêneros e contextos contribui para o desenvolvimento das competências comunicativas e críticas, ampliando a capacidade de atuação social do estudante, conforme a perspectiva interacionista adotada por Solé.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

331 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – HABILITAÇÃO EM HISTÓRIA

Questão 20

O recurso é procedente, pois, por conta de uma falha conceitual, a questão apresentou duas alternativas possíveis, assim sendo, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da Prova Objetiva.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 20, anulando-a.

Questão 26

O recurso é improcedente, pois a formulação da questão está baseada numa premissa de análise do conteúdo iconográfico da gravura de Debret em relação ao contexto da escravidão. Assim, o candidato deveria mobilizar conceitos prévios sobre a estrutura escravista brasileira, entre elas a ideia das punições públicas, para responder à questão, além da análise da imagem.

A mobilização desse contexto deveria estar acompanhada da leitura da imagem, como atesta o enunciado. É importante essa interlocução, pois é avaliada a qualidade de leitura imagética do candidato, característica esperada para um docente de História no ciclo básico.

Dessa forma, esperava-se que a ideia de uma punição pública, como forma de estender a pena para além do corpo da(o) escravizada(o) fosse articulada com a imagem. Importante essa consideração, pois não seria possível pensar as respostas sem a leitura da imagem.

Sobre a imagem, é uma das pranchas que compõem o segundo volume do livro Viagens Pitorescas do Brasil, que, basicamente, apresenta o cotidiano de pessoas escravizadas no Rio de Janeiro, no início do século XIX. Como consta na legenda, a prancha apresenta os colares de ferro, instrumentos punitivos para escravizados/as que fugiam. Não se trata do açoite, também utilizado para punir fugitivos/os. Nesse caso, além de um maior controle sobre o corpo negro, há uma questão de publicização da punição.

A partir dessas considerações, seguimos para a análise das alternativas.

A alternativa “Os castigos físicos estavam reservados ao ambiente privado, sendo proibidos em espaços públicos” é incorreta, pois punir em ambientes públicos é parte do sistema, e na imagem fica evidenciado isso, por ter negros e negras andando numa rua.

A alternativa “Os castigos eram aplicados não apenas sobre o corpo escravizado, mas de forma pública, como exemplo” é a única correta, pois traz o elemento da punição pública e apresenta a descrição do que está representado na imagem.

A alternativa “Os escravizados, ao tentarem fugir, eram severamente punidos e deixavam de fazer tarefas externas” é incorreta, pois ainda que pudesse haver punições severas, podemos ver que mesmo com a punição esses escravizados/as estão exercendo trabalhos externos, mas com a marca da punição.

A alternativa “A punição para os “negros fugitivos” era o açoite público, como forma de inibir, pelo medo, novas fugas” é incorreta, pois ainda que o açoite fosse uma possibilidade, o que está representado na imagem não é o açoite.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 28

O recurso é improcedente, como se verá abaixo, na análise das proposições.

A proposição I é incorreta, pois não havia uma lógica legal, ou seja, os vários tipos de tortura eram feitos à margem da lei. Não à toa os locais de tortura eram disfarçados e as práticas violentas negadas. O próprio navio do relato demonstra essa lógica.

A proposição II é correta, pois os traumas impostos pelas torturas não se limitam ao corpo, mas a uma violência psicológica, por vezes, permanente. O caso apresentado, com variações intensas de temperatura às quais o corpo do preso era submetido, é um exemplo de como a saúde dos prisioneiros políticos ficava severamente comprometida.

A proposição III é incorreta, pois o médico que faz o relato não é um médico militar que assiste aos presos, mas sim outro preso. O conteúdo do relato já caminha nesse sentido, mas é decisiva a legenda do documento – parte integrante do texto – e que atesta ser um ex-presos.

A proposição IV é correta, pois o temor do comandante do navio estava sob a possibilidade de revoltas e não sobre o tratamento dispensado aos presos.

Desse modo, são corretas as proposições II e IV.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

É o que tem a esclarecer.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social